

1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S/A (Companhia) com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa. A Companhia esteve listada no “Novo Mercado” da BM&FBovespa com seus valores mobiliários negociados sob o código DASA3 de 19 de novembro de 2004 a 02 de fevereiro de 2016, quando suas ações passaram a ser negociadas no “Segmento Tradicional” da BM&FBovespa.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) à pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros.

A Companhia também tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Na operação do negócio da Companhia, a Administração entende que as semelhanças entre as empresas que compõem o grupo DASA, por se tratarem de características econômicas e de negócio similares, prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, define “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

2 Aquisição de controlada (Combinação de negócios)

Laboratório Gaspar

Visando ampliar a sua participação em seu segmento a Companhia adquiriu em 19 de junho de 2016, 100% do capital social de Antônio P. Gaspar S.S. (“Laboratório Gaspar”), sociedade com sede na Cidade de São Luiz, Estado do Maranhão. O Laboratório Gaspar atua no ramo de Análises Clínicas, Anatomia, Patologia e tudo mais usado para auxílio de diagnósticos em medicina nos Municípios de São Luiz, São José de Ribamar e Santa Inês, todos situados no Estado do Maranhão, por meio de seus 23 estabelecimentos, entre unidades de atendimento, hospitais e laboratório central. Em 20 de junho de 2016 a foi aprovada a transformação da Sociedade de “Sociedade Simples” para “Sociedade Empresária Ltda” conforme instrumento particular de alteração de Contrato Social e de transformação da Sociedade.

Conforme divulgado pela Companhia em “Fato Relevante” no dia 20 de julho de 2016, após a realização das análises necessárias, a operação está dispensada da ratificação pelos acionistas em assembleia geral, uma vez que não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

O valor da aquisição do Laboratório Gaspar foi de R\$ 59.433, sendo R\$ 24.049 pagos à vista e R\$35.384 serão pagos em três parcelas anuais, acrescidas da variação positiva do IPCA calculada *pro rata temporis* a partir da data de assinatura do contrato até e data de seu efetivo pagamento, sendo o vencimento da última parcela em 20 de junho de 2019.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 30 de junho de 2016:

Ativo		Passivo	
Circulante	4.722	Circulante	2.513
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.909	Fornecedores	708
Cientes	813	Salários/Encargos a Pagar	470
		Provisões da Folha	617
		Imposto de Renda e Contribuição Social	16
		Impostos a Pagar	134
		Impostos Parcelados	281
		Outras Contas a Pagar	287
Não circulante	5.979	Não circulante	6.497
Imobilizado	5.979	Impostos Parcelados	2.220
		Provisão para Contingências	277
		AFAC	4.000
		Patrimônio líquido	1.691
		Capital Social	318
		Reservas de Lucros	1.806
		Resultados do Exercício	(433)
Total do ativo	10.701	Total do passivo	10.701

Desde a data da aquisição, o Laboratório Gaspar contribuiu para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 26.040 e lucro antes dos impostos de R\$ 14.690. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 12.681, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 303.

No processo inicial de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida no montante de R\$ 26.369:

Intangível	Valor
Marca	6.380
Relacionamento com clientes	<u>19.989</u>
	<u><u>26.369</u></u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de junho de 2016, e determinou o ágio preliminar de R\$ 31.373 da seguinte forma:

Preço de aquisição	59.433
Patrimônio líquido	1.691
Intangíveis identificados	26.369
Ágio	31.373

Análise do fluxo de caixa da aquisição	Valor
Custos da transação da aquisição	701
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>3.909</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido	<u>3.208</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 701 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

A Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido com base nas informações existentes até 31 de dezembro de 2016. A Companhia contratou avaliador independente para emissão do laudo para a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos que estará concluído dentro do prazo legalmente previsto. Assim a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contra partida ágio.

Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim

Visando ampliar a sua participação em seu segmento a Companhia adquiriu em 26 de outubro de 2016, 100% do capital social de Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim Ltda. (“Laboratório Gilson Cidrim”), sociedade com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. O Laboratório Gilson Cidrim atua no ramo de Análises Clínicas, no Estado de Pernambuco, por meio de seus 73 estabelecimentos, entre unidades de atendimento, hospitais e laboratório central.

Conforme Comunicado ao Mercado pela Companhia no dia 27 de outubro de 2016, a administração avaliará se a referida aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, e, conforme alterada, e, sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

O valor da aquisição do Laboratório Gilson Cidrim foi de R\$ 86.000, sendo R\$ 84.000 pagos à vista e R\$ 2.000 (parcela retida em caso de eventual contingência) serão pagos em 26 de outubro de 2018 ou quando da liberação da parcela retida, reajustada pelo CDI acumulado até a data do pagamento.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 31 de outubro de 2016:

Ativo		Passivo	
Circulante	6.817	Circulante	7.538
Caixa e equivalentes de caixa	748	Fornecedores	2.334
Clientes	4.335	Empréstimos e financiamentos	2.622
Estoques	1.125	Salários/Encargos a pagar	937
Outros créditos	609	Imposto de renda e contribuição social	136
		Impostos a pagar	165
		Impostos parcelados	323
		Outras contas a pagar	1.021
 Não circulante	 2.825	 Não circulante	 13.896
Depósito judiciais	181	Empréstimos e financiamentos	3.614
Investimento	2	Impostos parcelados	69
Imobilizado	2182	Provisão para contingências	10.213
Intangível	460		
		Patrimônio líquido negativo	(11.792)
 Total do ativo	 9.642	 Total do passivo	 9.642

Desde a data da aquisição, o Laboratório Gilson Cidrim contribuiu para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 15.967 e lucro antes dos impostos de R\$ 5.486. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 43.600, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 4.155.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 30.836:

Intangível	Valor
Marca	10.487
Relacionamento com clientes	<u>19.989</u>
	<u>30.836</u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 26 de outubro de 2016, e determinou o ágio preliminar de R\$ 66.957 da seguinte forma:

Preço de aquisição	86.000
Patrimônio líquido negativo	11.792
Intangíveis identificados	30.836
Ágio	66.956

Análise do fluxo de caixa da aquisição	Valor
Custos da transação da aquisição	374
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>748</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido	<u>374</u>

Os custos de R\$ 374 relacionados à aquisição incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Em razão do processo de aquisição ter sido concluído próximo à data de encerramento das demonstrações financeiras de 2016, a contratação de avaliador independente para emissão de laudo foi concluída em março de 2017. Efetuamos a alocação preliminar de Marcas e Relacionamento com clientes com base em experiências anteriores. Desta forma, a Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido com base nas informações existentes até 31 de dezembro de 2016. A Companhia contratou avaliador independente para emissão de laudo que estará concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contra partida ágio.

Laboratório Oswaldo Cruz, Biomed e Sawaya

Visando ampliar a sua participação em seu segmento a Companhia adquiriu em 23 de novembro de 2016, 100% do capital social de Laboratório Oswaldo Cruz Ltda. (“Laboratório Oswaldo Cruz”), Biomed Diagnósticos Laboratoriais Ltda. (“Biomed”), e Sawaya & Giana Serviços Auxiliares de Organização de Escritórios Ltda. (“Sawaya”), sociedades com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. O Laboratório Oswaldo Cruz atua no ramo de Análises Clínicas, no Estado de São Paulo, por meio de seus 08 estabelecimentos, entre unidades de atendimento, hospitais e laboratório central.

Conforme Comunicado ao Mercado pela Companhia no dia 23 de novembro de 2016, a administração avaliará se as referidas aquisições enquadram-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, e, sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

O valor da aquisição do Laboratório Oswaldo Cruz foi de R\$ 32.575, sendo R\$ 22.803 pagos à vista e R\$9.772 serão pagos em duas parcelas anuais acrescidas da variação positiva do IPCA calculada *pro rata temporis* a partir da data de assinatura do contrato até e data de seu efetivo pagamento, a última com vencimento em 23 de novembro de 2018, o valor de aquisição da Biomed foi de R\$ 200 pagos à vista e o valor de Sawaya foi de R\$100 pagos à vista.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 30 de novembro de 2016:

ATIVO	Laboratório Oswaldo Cruz	Biomed	Sawaya	PASSIVO	Laboratório Oswaldo Cruz	Biomed	Sawaya
Circulante	2.089	130	367	Circulante	2.529	408	289
Caixa e equivalentes de caixa	1.173	16	10	Fornecedores	1.153	328	3
Clientes	587	37	355	Empréstimos e financiamentos	687	15	-
Estoques	294	6	-	Salários/Encargos a pagar	366	28	183
Outros créditos	35	71	2	Imposto de renda e contribuição social	66	-	-
				Impostos a pagar	211	37	103
				Outras contas a pagar	46	-	-
Não circulante	1.025	9	1	Não circulante	1.362	-	-
Imobilizado	1.025	9	1	Empréstimos e financiamentos	1.259	-	-
				Provisão para contingências	103	-	-
				Patrimônio líquido (negativo)	(777)	(269)	79
Total do ativo	3.114	139	368	Total do passivo	3.114	139	368

Desde a data da aquisição, o Laboratório Oswaldo Cruz contribuiu para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 2.898 e lucro antes dos impostos de R\$ 984. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 18.086, e lucro antes dos impostos seria acrescido em R\$ 3.193.

Desde a data da aquisição, a Biomed contribuiu para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 82 e lucro antes dos impostos de R\$ 13. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 720, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 119.

Desde a data da aquisição, a Sawaya contribuiu para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 204 e lucro antes dos impostos de R\$ 58. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 2.128, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 309.

No processo de identificação de ativos e passivos no Laboratório Oswaldo Cruz também foram considerados ativos intangíveis, que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 15.209:

Intangível	Valor
Marca	3.669
Relacionamento com clientes	<u>11.540</u>
	<u>15.209</u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de novembro de 2016, e determinou o ágio preliminar de R\$ 18.144 da seguinte forma:

	Laboratório Oswaldo Cruz	Biomed	Sawaya
Preço de aquisição	32.576	200	100
Patrimônio líquido (negativo)	(777)	(269)	79
Intangíveis identificados	15.209	-	-
Ágio	18.144	469	21

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Laboratório Oswaldo Cruz/Biomed/Sawaya

Custos da transação da aquisição	596
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>1.199</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido	<u><u>603</u></u>

Os custos de R\$ 596 relacionados à aquisição do Laboratório Oswaldo Cruz, Biomed e Sawaya incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras estão reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Em razão do processo de aquisição ter sido concluído próximo à data de encerramento das demonstrações financeiras de 2016, a contratação de avaliador independente para emissão de laudo foi concluída em março de 2017. Efetuamos a alocação preliminar de Marcas e Relacionamento com clientes com base em experiências anteriores. Desta forma, a Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido com base nas informações existentes até 31 de dezembro de 2016. A Companhia contratou avaliador independente para emissão de laudo que estará concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contra partida ágio.

Laboratório Leme

Visando ampliar a sua participação em seu segmento a Companhia adquiriu em 20 de dezembro de 2016, 100% do capital social de Leme - Laboratório de Endocrinologia e Metabologia da Bahia Ltda. ("Laboratório Leme"), sociedade com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. O Laboratório Leme atua no ramo de Análises Clínicas e vacinas, no Estado da Bahia, por meio de seus 11 estabelecimentos.

Conforme Comunicado ao Mercado pela Companhia no dia 20 de dezembro de 2016, a administração avaliará se a referida aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, e, sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

O valor da aquisição do Laboratório Leme foi de R\$ 85.000, sendo R\$ 76.500 pagos à vista e R\$ 8.500, (parcela retida em caso de eventual contingência) serão pagos em duas parcelas anuais de R\$4.250 cada, com vencimento em 20 de dezembro de 2017 e 20 de dezembro de 2018, respectivamente, ou quando da liberação da parcela retida, sendo ambas reajustadas pelo CDI acumulado até a data do pagamento.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016:

Ativo		Passivo	
Circulante	11.416	Circulante	18.703
Caixa e equivalentes de caixa	392	Fornecedores	4.314
Clientes	8.813	Empréstimos e financiamentos	6.649
Estoques	942	Obrigações sociais e trabalhista	2.972
Outros créditos	1.269	Impostos a pagar	2.301
		Impostos parcelados	1.746
		Outras contas a pagar	721
Não circulante	6.888	Não circulante	11.680
Depósito judiciais	185	Empréstimos e financiamentos	2.709
Impostos diferidos	804	Impostos parcelados	7.758
Outros créditos	13	Provisão para contingências	1.213
Imobilizado	5842		
Intangível	44		
		Patrimônio líquido negativo	(12.079)
Total do ativo	18.304	Total do passivo	18.304

No exercício de 2016 o Laboratório Leme não contribuiu com o resultado da Companhia, considerando que a aquisição ocorreu em 20 de dezembro de 2016. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 55.337, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 10.164.

No processo inicial de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis, que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 44.268:

Intangível	Valor
Marca	10.679
Relacionamento com clientes	<u>33.589</u>
	<u>44.268</u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 31 de dezembro de 2016, e determinou o ágio preliminar de R\$ 52.811 da seguinte forma:

Preço de aquisição	85.000
Patrimônio líquido negativo	12.079
Intangíveis identificados	44.268
Ágio	52.811

Em razão do processo de aquisição ter sido concluído próximo à data de encerramento das demonstrações financeiras de 2016, a contratação de avaliador independente para emissão de laudo foi concluída em março de 2017. Efetuamos a alocação preliminar de Marcas e Relacionamento com clientes com base em experiências anteriores. Desta forma, a Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido com base nas informações existentes até 31 de dezembro de 2016. A Companhia contratou avaliador independente para emissão de laudo que estará concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contra partida ágio.

3 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na Nota explicativa nº 13.

4 Declarações da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

- (a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2017.

- (b) Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas normas exigem que a preparação das demonstrações individuais e consolidadas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nos julgamentos, premissas e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre itens significativos sujeitos a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em períodos futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5.8 – Redução ao valor recuperável (impairment) – principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado utilizado no cálculo do teste de recuperação do ágio;
- Nota explicativa nº 10 – Contas a receber de clientes – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota explicativa nº 20 – Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 22 – Imposto de renda e contribuição social – análise da recuperação dos impostos diferidos; e
- Nota explicativa nº 25 – Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.5 Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras.

4.6 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

5.1 Base de consolidação

A companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma

controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

i. Combinação de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, as combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. O investidor controla a investida quando está exposto ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: O acordo contratual com outros detentores de voto da investida; Direitos originados de acordos contratuais; e os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; menos
- O montante líquido a valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

O ágio apurado é classificado no subgrupo de intangíveis no balanço consolidado, e não no balanço individual, onde deve permanecer integrando o saldo contábil do investimento, conforme item 23(b) do ICPC09(R2).

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

iii. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento dos balanços. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos no resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

5.3 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que podem ser resgatados diariamente com o próprio emissor do instrumento financeiro sem perda relevante de rendimento.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido e, o excedente ou o déficit resultante é transferido para os/dos lucros acumulados.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A partir de 2014, a Companhia e suas controladas não operam mais com instrumentos financeiros derivativos. Até 31 de dezembro de 2013, a contratação das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinava-se exclusivamente à proteção contra riscos associados à variação cambial de posições registradas no balanço patrimonial e que estejam atreladas à moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía operações em aberto de instrumentos derivativos.

Destaca-se que toda operação com derivativos é submetida, previamente à contratação, à aprovação do Comitê Executivo da Companhia e validado pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares.

Para todos os riscos (à exceção de risco de liquidez e de crédito) aos quais a Companhia estiver exposta na contratação de instrumentos financeiros derivativos, é obrigatória a elaboração mensal de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25 % de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas de juros e/ou cotações de moedas envolvidas nestas transações.

Os instrumentos derivativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

5.4 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e quando aplicável, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos na rubrica de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. Na média corresponde a um período de 10 anos.

5.5 Ágio e ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos

intangíveis como marca e contratos. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

ii. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgados na Nota explicativa nº 15.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

5.6 Arrendamento mercantil

i. Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelos prazos de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 27. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

ii. Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os incentivos de arrendamentos pagos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

5.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias.

5.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições

vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais ativos:

Unidade geradora de caixa: Diagnósticos da América S/A.

Determinação dos fluxos de caixa: Volume de receita baseada na maturação das unidades existentes, nos estudos de viabilidade aprovados para as novas unidades, sinergias de receitas nas aquisições e incremento nos serviços de imagem na Companhia; Prazo utilizado para fluxo de caixa: sete anos;

Taxa de crescimento fluxo de caixa na Perpetuidade: 4,3% a.a.;

Taxa de desconto utilizada (líquido dos impostos): taxa média ponderada do custo de capital da Companhia (12,0% a.a.).

O teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida, da Companhia e suas controladas, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

5.10 Receita operacional

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos ao Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

As receitas da Companhia compreendem basicamente a prestação de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas. A receita não faturada corresponde aos serviços de diagnóstico e análises clínicas entregues e ainda não faturadas aos clientes e é calculada com base nos atendimentos prestados aos usuários finais até as datas dos balanços, em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

5.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, despesas com taxas de cartão de crédito, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

5.12 Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Tributo Federal;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviços – Tributo Municipal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Para atendimento aos parágrafos 74 e 75 do CPC 32, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da mesma entidade tributável estão apresentados líquidos.

Impostos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ISS às alíquotas vigentes em cada Município e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

5.13 Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

5.14 Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

5.15 Remuneração baseada em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia nos curto, médio e longo prazos, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

5.16 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

5.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

6 Pronunciamentos do IFRS, CPC e novos requerimentos legais

6.1 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros – Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui o IAS 39 (CPC 38) - Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9 (CPC 48). O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A vigência do pronunciamento aplica-se aos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (CPC 48) - (emitidos em 2009, 2010 e 2013) seria permitida se a data de aplicação inicial fosse anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 (CPC 48) trará efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- ii) IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contrato com clientes: Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 (CPC 47), que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados às atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 (CPC 47) contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. A adoção retrospectiva total ou modificada é exigida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2016, está sendo avaliada a contratação de especialistas externos para auxiliar a Companhia na identificação e mensuração dos efeitos finais na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

- iii) IFRS 16 – Arrendamentos - Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do IFRS 16 – Arrendamentos, o qual substitui o IAS 17 (CPC 06 (R1)) – Arrendamentos, que será vigente para exercícios iniciados em 01.01.19, com adoção antecipada permitida para entidades que também adotem o pronunciamento IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contrato com clientes. A adoção deste pronunciamento trará efeito sobre a classificação e mensuração do ativo imobilizado e dos passivos financeiros, visto que os arrendamentos não serão mais diferenciados entre operacional e, financeiro, sendo o tratamento dado a todos os arrendamentos mercantis similar ao arrendamento mercantil financeiro conforme disposto no IAS 17. Além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2016, está sendo avaliado a contratação de especialistas externos para auxiliar a Companhia na identificação e mensuração dos efeitos finais na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- i) Alteração à IAS 7 – As alterações fazem parte da iniciativa de melhoria de divulgações do IASB e estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.
- ii) Alterações à IAS 12 – As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas com instrumentos de dívida mensurados ao justo e estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.

6.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

As melhorias e alterações efetuadas nos seguintes pronunciamentos: IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações; Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias; Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; IAS 16 e 41 - Ativos biológicos e produtos agrícola; IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em demonstrações financeiras Separadas; IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto; IFRS 5 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações; IAS 19 Benefícios aos Empregados; IAS 34 Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras; Alterações na IAS 1 Iniciativa de Divulgação e Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação, e não resultaram em efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

7.1 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado do imobilizado é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

7.2 Intangível

O valor justo de marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de *royalties* estimados que foram evitados em função de a marca ou patente ser possuída. O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

7.3 Derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é determinado para fins de divulgação através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

7.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados para a data das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Caixa e bancos	3.987	9.875	10.515	12.638
Aplicações financeiras	<u>226.889</u>	<u>276.853</u>	<u>277.379</u>	<u>305.110</u>
	<u>230.876</u>	<u>286.728</u>	<u>287.894</u>	<u>317.748</u>

A composição do caixa e equivalentes de caixa classificado no ativo circulante consolidado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/16</u>		<u>31/12/15</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Rendimento médio no exercício</u>	<u>Valor</u>	<u>Rendimento médio no exercício</u>
Caixa e bancos	10.515	-	12.638	-
CDB / Operações compromissadas	86.196	101,61% do CDI	132.461	101,50% do CDI
Fundo de renda fixa	<u>191.183</u>	100,30% do CDI	<u>172.649</u>	101,36% do CDI
	<u>287.894</u>		<u>317.748</u>	

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente resgatáveis, com a entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Aplicações financeiras

Controladora				
31/12/16			31/12/15	
Moeda	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício
CDB / Operações compromissadas (a)	R\$ 2.860	100,03% do CDI	2.596	100,03% do CDI
Fundo de renda fixa (a)	R\$ 369.134	102,54% do CDI	132.656	105,21% do CDI
Certificado recebíveis imobiliário (b)	R\$ <u>60.245</u>	IGPM + 8,19%	<u>54.005</u>	IGPM + 8,19%
	<u>432.239</u>		<u>189.257</u>	
Ativo circulante	<u>(370.619)</u>		<u>(127.168)</u>	
Ativo não circulante	<u>61.620</u>		<u>62.089</u>	

Consolidado				
31/12/16			31/12/15	
Moeda	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício
CDB / Operações compromissadas (a)	R\$ 2.860	100,03% do CDI	2.596	100,03% do CDI
Fundo de renda fixa (a)	R\$ 381.532	102,41% do CDI	176.306	105,17% do CDI
Certificado recebíveis imobiliário (b)	R\$ <u>60.245</u>	IGPM + 8,19%	<u>54.005</u>	IGPM + 8,19%
	<u>444.637</u>		<u>232.907</u>	
Ativo circulante	<u>(370.619)</u>		<u>(159.555)</u>	
Ativo não circulante	<u>74.018</u>		<u>73.352</u>	

(a) Do montante das aplicações não circulantes R\$ 8.113 (R\$ 8.085 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$ 20.511 (R\$ 19.348 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado estão aplicados em fundos de renda fixa e CDB / Operações compromissadas, corresponde a garantia do pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, por um prazo de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência.

(b) Títulos de empresas privadas adquiridos pela controladora, com securitização de aluguéis.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Duplicatas a receber:				
A vencer	319.123	342.858	346.896	356.328
Vencidos (b)	<u>143.741</u>	<u>154.595</u>	<u>187.181</u>	<u>210.448</u>
	462.864	497.453	534.077	566.776
Outras contas a receber:				
Cheques a receber	185	20.180	186	20.181
Cheques devolvidos	1.743	1.615	1.766	1.631
Cartão de crédito (a)	2.346	972	2.952	1.155
Convênios a faturar (b)	<u>78.019</u>	<u>49.723</u>	<u>119.090</u>	<u>74.281</u>
	<u>82.293</u>	<u>72.490</u>	<u>123.994</u>	<u>97.248</u>
Total a receber:	<u>545.157</u>	<u>569.943</u>	<u>658.071</u>	<u>664.024</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos (c)	<u>(80.446)</u>	<u>(69.585)</u>	<u>(106.887)</u>	<u>(94.113)</u>
	464.711	500.358	551.184	569.911
Ativo circulante	<u>(463.209)</u>	<u>(498.724)</u>	<u>(549.682)</u>	<u>(567.339)</u>
Ativo não circulante	<u>1.502</u>	<u>1.634</u>	<u>1.502</u>	<u>2.572</u>

(a) A Companhia efetuou antecipação sem regresso das contas a receber junto as operadoras de cartões de crédito, para reforço de capital de giro, com custo de 1,18% a.m., sendo que no exercício de 2016 foram descontados R\$27.139 (R\$ 61.017 no exercício de 2015) na controladora e R\$ 28.172 (R\$ 63.631 no exercício de 2015) no consolidado.

(b) A rubrica Convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do período da sua ocorrência.

(c) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

Controladora							
		31/12/16			31/12/15		
	% de provisão	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido
1 a 30		47.975	-	47.975	52.205	-	52.205
31 a 60		20.641	-	20.641	21.020	-	21.020
61 a 90		13.884	-	13.884	21.343	-	21.343
91 a 120	25%	7.724	(1.931)	5.793	9.754	(2.439)	7.315
121 a 180	50%	12.626	(6.313)	6.313	11.513	(5.756)	5.757
181 a 360	75%	20.340	(15.255)	5.085	19.500	(14.625)	4.875
acima de 360	100%	<u>20.551</u>	<u>(20.551)</u>	<u>-</u>	<u>19.260</u>	<u>(19.260)</u>	<u>-</u>
		<u>143.741</u>	<u>(44.050)</u>	<u>99.691</u>	<u>154.595</u>	<u>(42.080)</u>	<u>112.515</u>

Consolidado							
		31/12/16			31/12/15		
	% de provisão	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido
1 a 30		53.604	-	53.604	63.121	-	63.121
31 a 60		25.334	-	25.334	30.022	-	30.022
61 a 90		16.517	-	16.517	28.289	-	28.289
91 a 120	25%	11.186	(2.796)	8.390	12.568	(3.142)	9.426
121 a 180	50%	17.454	(8.727)	8.727	14.575	(7.289)	7.286
181 a 360	75%	31.464	(23.598)	7.866	22.848	(17.136)	5.712
acima de 360	100%	<u>31.622</u>	<u>(31.622)</u>	<u>-</u>	<u>39.025</u>	<u>(39.025)</u>	<u>-</u>
		<u>187.181</u>	<u>(66.743)</u>	<u>120.438</u>	<u>210.448</u>	<u>(66.592)</u>	<u>143.856</u>

(c) Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Provisões para:				
Títulos vencidos	(44.050)	(42.080)	(66.743)	(66.592)
Créditos duvidosos	(34.653)	(25.890)	(36.974)	(25.890)
Créditos duvidosos de combinação de negócios	-	-	(1.404)	-
Cheques devolvidos	<u>(1.743)</u>	<u>(1.615)</u>	<u>(1.766)</u>	<u>(1.631)</u>
	<u>(80.446)</u>	<u>(69.585)</u>	<u>(106.887)</u>	<u>(94.113)</u>

O processo de cobrança pelos serviços de apoio aos diagnósticos prestados pela Companhia é complexo devido, entre outros fatores, ao grande número de planos de saúde e diferentes graus de cobertura. Essa complexidade historicamente dá origem a perdas por decorrência de glosas. Nos

mesmos moldes, a Companhia constitui provisão para devedores considerados duvidosos. Quando necessário e em função exclusivamente do agravamento do nível de risco de crédito de algumas fontes pagadoras, a Companhia constitui provisão adicional específica para esses clientes.

As glosas estão geralmente relacionadas a: (i) questões operacionais, tais como, serviços prestados aos clientes dos planos de saúde sem prévia autorização desses; (ii) questões comerciais, tais como nova lista de preços acordada que ainda não foi atualizada em ambos os sistemas; e (iii) questões técnicas, tais como a diferença de interpretação de requisições de exames.

As provisões para perdas estão assim distribuídas:

Provisões para títulos vencidos - Para fazer face às perdas por decorrência dessas glosas e inadimplência, a Companhia possui uma política para a constituição de provisão para créditos em atraso há mais de 90 dias aplicando-se os percentuais de provisão divulgados no quadro (b) Títulos vencidos.

Provisões para créditos duvidosos - No sentido de permitir absorver perdas em função do agravamento do risco de crédito, foi constituído provisão para alguns clientes do mercado privado e do mercado público, em 31 de dezembro de 2016 o montante dessa provisão era de R\$ 36.974 (R\$ 25.890 em 31 de dezembro de 2015), visto apresentarem situação financeira que enseja maior dificuldade na recuperação dos créditos respectivos. À medida que os títulos provisionados vierem a ser liquidados a Companhia efetuará as reversões a eles atinentes.

Provisões para cheques devolvidos - Também se adota o critério de provisionar em 100% os cheques de clientes pessoa física devolvidos por insuficiência de fundos.

No exercício de 2016 as perdas decorrentes de glosas e inadimplência representaram 2,6% da receita operacional bruta (4,7% no exercício de 2015).

A partir de 2012, a Companhia passou a adotar a prática de baixar contra a provisão os títulos vencidos há mais de 720 dias. No exercício de 2016, por esse critério foram baixados R\$ 30.290 (R\$ 15.157 no exercício de 2015).

Dado o histórico de recebimento integral de créditos a receber vinculados a cartão de crédito, a Companhia não provisiona perdas nessa rubrica.

A movimentação no exercício de 2016, das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos, no consolidado, é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015			<u>(94.113)</u>
Variação da provisão consolidada			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(77.267)		
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	64.628	(12.639) (a)	
Provisão de cheques devolvidos			<u>(135)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016			<u>(106.887)</u>
(a) Perda no exercício de 2016, conforme Nota explicativa nº 28.			

11 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Material direto nacional	46.209	37.514	53.734	41.380
Material direto importado	8.249	8.313	8.915	8.912
Material secundário nacional	16.487	13.614	18.553	15.495
Material de consumo	6.301	7.711	7.411	8.300
Provisão para perda e obsolescência (a)	<u>(4.786)</u>	<u>(3.554)</u>	<u>(4.920)</u>	<u>(3.988)</u>
	<u>72.460</u>	<u>63.598</u>	<u>83.693</u>	<u>70.099</u>

- (a) De forma a refletir a melhor estimativa de perda da Companhia em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída, principalmente por determinados itens sem movimento há mais de 180 dias.

12 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
IR/CS – crédito a recuperar	98.594	93.783	109.083	102.505
PIS/COFINS/CS - retenções na fonte s/ faturamento	39.993	44.417	42.873	47.600
ISS - retenções na fonte s/ faturamento	54	2.269	2.727	7.587
INSS a recuperar	6.592	6.951	34.878	31.915
Outros	<u>12.493</u>	<u>12.433</u>	<u>12.893</u>	<u>12.965</u>
	<u>157.726</u>	<u>159.853</u>	<u>202.454</u>	<u>202.572</u>

13 Investimentos

13.1 - Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	19.912	26.693	-	-
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	77.318	158.852	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. (CERPE)	42.671	42.621	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	31.603	32.496	-	-
DASA Finance Corporation	-	9.288	-	-
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda.	2.301	2.060	-	-
Check-up UP Unidade Preventiva Ltda.	-	277	-	-
Antônio P. Gaspar Laboratórios Ltda. (a)	19.558	-	-	-
Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim Ltda. (a)	3.272	-	-	-
Laboratório Oswaldo Cruz Ltda. (a)	2.647	-	-	-
Biomed Diagnósticos Laboratoriais Ltda. (a)	244	-	-	-
Sawaya & Giana Serviços Auxiliares de Organização de Escritórios Ltda. (a)	<u>137</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	199.663	272.287	-	-
Ágio na aquisição de participações	<u>2.130.375</u>	<u>1.960.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	2.330.038	2.232.890	-	-
Outros investimentos	<u>391</u>	<u>394</u>	<u>532</u>	<u>531</u>
	<u>2.330.429</u>	<u>2.233.284</u>	<u>532</u>	<u>531</u>

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas/ações do capital social	Quantidade de quotas/ações possuídas	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo)	Resultado do exercício
<u>Controladas diretas:</u>							
DASA Real Estate	31/12/2016	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	19.912	(6.781)
	31/12/2015	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	26.693	(331)
CientificaLab	31/12/2016	113.176.629	113.176.629	100,00	113.177	77.318	(43.832)
	31/12/2015	158.176.629	139.676.628	88,30	158.177	158.852	(1.933)
DASA Finance Corp (b)	31/12/2016	-	-	-	-	-	-
	31/12/2015	18.550.000	18.550.000	100,00	1	9.288	4.569
CERPE	31/12/2016	122.024	120.804	99,00	122	42.671	6.950
	31/12/2015	122.024	120.804	99,00	122	42.621	7.514
Previlab	31/12/2016	29.613.314	29.509.743	99,65	29.613	31.603	2.336
	31/12/2015	29.613.314	29.509.743	99,65	29.613	32.496	885
CRMI Petrópolis	31/12/2016	1.080.222	756.155	70,00	1.080	2.301	1.091
	31/12/2015	1.080.222	756.155	70,00	1.080	2.060	912
Check-up UP Unidade Preventiva Ltda. (c)	31/12/2016	-	-	-	-	-	-
	31/12/2015	6.563.817	6.563.816	99,99	7.064	277	(1.764)
Laboratório Gaspar (d)	31/12/2016	4.317.845	4.317.844	99,99	4.318	19.558	13.867
Laboratório Gilson Cidrim (d)	31/12/2016	10.120.000	10.119.999	99,99	10.120	3.272	5.064
Laboratório Oswaldo Cruz (d)	31/12/2016	2.600.000	2.599.999	99,99	2.600	2.647	924
Biomed (d)	31/12/2016	681.600	681.599	99,99	682	244	13
Sawaya (d)	31/12/2016	1.000	1.000	100,00	1	137	58
Leme (d)	31/12/2016	100.000	100.000	100,00	100	(12.079)	-
<u>Controlada indireta:</u>							
Stat Análises Clínicas Ltda. (a)	31/12/2016	-	-	-	-	-	-
	31/12/2015	1.416.000	1.416.000	100,00	-	-	(362)

(a) Em 01 de outubro de 2015, a empresa controlada indireta Stat Análises Clínicas Ltda. foi incorporada pela empresa controlada direta Previlab Análises Clínicas Ltda.

(b) Em reunião do conselho de administração realizada em 12 de novembro de 2015, foi aprovada a supressão e extinção, nos termos da Lei de Sociedades das Ilhas Cayman, da controlada direta DASA Finance Corporation. Devido ao processo de supressão e extinção da DASA Finance, conforme autorizado pelos diretores da controlada, em 23 de dezembro de 2015 foi realizada a transferência do montante de R\$ 9.288 para a Companhia (equivalente a USD 2,345,640.25), que era mantido em conta bancária em nome da controlada DASA Finance no exterior. O montante correspondente ao acervo líquido da controlada foi baixado em janeiro de 2016.

- (c) Em reunião do conselho de administração realizada em 17 de dezembro de 2015, foi aprovada a supressão e extinção, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, da controlada direta Check-up UP. Em 13 de janeiro de 2016 em reunião dos sócios da Check-up UP (a Companhia e sua controlada DASA Real Estate), foi acordado distratar, dissolver e extinguir a sociedade, com o levantamento em 31 de dezembro de 2015, do balanço patrimonial de encerramento, para liquidação e apuração dos haveres da sociedade que serão distribuídos às sócias na proporção das cotas do Capital Social de cada um. No referido balanço, não foram apurados quaisquer passivos da Sociedade, sendo que o único ativo apurado foi caixa, no montante de R\$ 277, o que permitiu a celebração do distrato sem necessidade de período de liquidação.
- (d) Aquisição de investimento ocorrida no exercício, vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

13.2 - Movimentações dos investimentos / (patrimônio líquido negativo)

	Saldo em 31/12/15	Aquisição de controlada (a)	Integraliza- ção/(redução) de capital	Dividendos propostos e antecipados	Baixa de investi- mentos	Cessão de quotas	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/16
DASA Real Estate	26.693	-	-	-	-	-	(6.781)	19.912
CientíficaLab	158.852	-	(45.000) (b)	-	-	7.298	(43.832)	77.318
DASA Finance Corporation	9.288	-	-	-	(9.288)	-	-	-
CERPE	42.621	-	-	(6.900)	-	-	6.950	42.671
Previlab	32.496	-	-	(3.229)	-	-	2.336	31.603
CRMI Petrópolis	2.060	-	-	(850)	-	-	1.091	2.301
Check-up UP	277	-	-	-	(277)	-	-	-
Gaspar	-	1.691	4.000 (c)	-	-	-	13.867	19.558
Gilson Cidrim	-	(11.792)	10.000 (d)	-	-	-	5.064	3.272
Oswaldo Cruz	-	(777)	2.500 (e)	-	-	-	924	2.647
Biomed	-	(269)	500 (f)	-	-	-	13	244
Sawaya	-	79	-	-	-	-	58	137
	<u>272.287</u>	<u>(11.068)</u>	<u>(28.000)</u>	<u>(10.979)</u>	<u>(9.565)</u>	<u>7.298</u>	<u>(20.310)</u>	<u>199.663</u>
Leme (passivo a descoberto)	-	(12.079)	-	-	-	-	-	(12.079)
	<u>272.287</u>	<u>(23.147)</u>	<u>(28.000)</u>	<u>(10.979)</u>	<u>(9.565)</u>	<u>7.298</u>	<u>(20.310)</u>	<u>187.584</u>

- (a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.
- (b) Redução de capital aprovada em reunião de Sócios aprovada em 05 de setembro de 2016.
- (c) Aumento de capital aprovado no instrumento particular de alteração do contrato social e de transformação da Sociedade de 20 de junho de 2016.
- (d) Aumento de capital aprovado na 33ª alteração do contrato social de 1º de novembro de 2016.
- (e) Aumento de capital aprovado na 21ª alteração do contrato social de 7 de dezembro de 2016.
- (f) Aumento de capital aprovado na 13ª alteração do contrato social de 7 de dezembro de 2016.

14 Imobilizado

Controladora					
Taxa média Depreciação	31/12/16			31/12/15	
	% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	824	(594)	230	260
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	593.400	(339.929)	253.471	234.346
Benfeitorias em imóveis próprios	10	4.066	(1.388)	2.678	-
Aparelhos e equipamentos	13	683.900	(325.007)	358.893	314.385
Móveis e utensílios	11	88.836	(37.119)	51.717	42.462
Instalações	10	94.274	(43.870)	50.404	48.607
Equipamentos de informática	20	142.750	(92.085)	50.665	46.553
Veículos	20	3.609	(3.248)	361	555
Biblioteca	10	184	(151)	33	44
Terrenos	-	180	-	180	180
Imobilizações em andamento	-	11.233	-	11.233	27.762
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.837)	-	(4.837)	-
		<u>1.618.419</u>	<u>(843.391)</u>	<u>775.028</u>	<u>715.154</u>

Consolidado					
Taxa média Depreciação	31/12/16			31/12/15	
	% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	4.564	(2.098)	2.466	2.632
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	614.887	(348.519)	266.368	244.006
Benfeitorias em imóveis próprios	10	17.726	(10.794)	6.932	1.870
Aparelhos e equipamentos	13	704.543	(338.630)	365.913	319.987
Móveis e utensílios	11	99.900	(41.230)	58.670	44.944
Instalações	10	96.623	(44.975)	51.648	49.853
Equipamentos de informática	20	150.712	(96.913)	53.799	47.769
Veículos	20	6.039	(6.405)	(366)	584
Biblioteca	10	205	(184)	21	45
Terrenos	-	3.389	-	3.389	6.867
Imobilizações em andamento	-	12.051	-	12.051	27.827
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.837)	-	(4.837)	-
		<u>1.705.802</u>	<u>(889.748)</u>	<u>816.054</u>	<u>746.384</u>

Movimentação do custo

Controladora						
Movimento do exercício						
	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências (c)		31/12/16
Imóveis	824	-	-	-		824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	536.054	35.600	(14.460)	36.206		593.400
Benfeitorias em imóveis próprios	-	-	-	4.066		4.066
Aparelhos e equipamentos	582.745	158.192	(41.573)	(15.464)		683.900
Móveis e utensílios	70.455	14.315	(2.393)	6.459		88.836
Instalações	78.092	5.782	(647)	11.047		94.274
Equipamentos de informática	120.744	19.388	(3.222)	5.840		142.750
Veículos	3.609	-	-	-		3.609
Biblioteca	184	-	-	-		184
Terrenos	180	-	-	-		180
Imobilizações em andamento	27.762	32.299	(200)	(48.628)		11.233
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável (a)	-	-	(4.837)	-		(4.837)
	<u>1.420.649</u>	<u>265.576</u>	<u>(67.332)</u>	<u>(474)</u>		<u>1.618.419</u>

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/15	Aquisição Controlada (b)	Adições	Baixas	Transferências (c)	31/12/16
Imóveis	4.564	-	-	-	-	4.564
Benfeitorias em imóveis de terceiros	552.612	3.730	37.578	(15.404)	36.371	614.887
Benfeitorias em imóveis próprios	4.580	9.080	-	-	4.066	17.726
Aparelhos e equipamentos	597.807	6.562	158.934	(43.312)	(15.448)	704.543
Móveis e utensílios	75.097	5.861	14.880	(2.397)	6.459	99.900
Instalações	79.964	411	5.878	(678)	11.048	96.623
Equipamentos de informática	125.321	3.249	19.533	(3.232)	5.841	150.712
Veículos	4.315	1.956	-	(232)	-	6.039
Biblioteca	195	10	-	-	-	205
Terrenos	6.867	-	-	(3.478)	-	3.389
Imobilizações em andamento	27.827	212	33.023	(200)	(48.811)	12.051
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável (a)	-	-	-	(4.837)	-	(4.837)
	<u>1.479.149</u>	<u>31.071</u>	<u>269.826</u>	<u>(73.770)</u>	<u>(474)</u>	<u>1.705.802</u>

(a) Durante o exercício de 2016 a Companhia iniciou um processo de inventário de um determinado grupo de ativos nos estabelecimentos localizados nos estados do RJ e SP, e, que representa, em 31 de dezembro de 2016 cerca de 40% do saldo de aparelhos e equipamentos, e, registrou provisão para perdas de redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado até que seja concluído o processo no exercício de 2017 em outros estados portanto, possa se constatar se houve ou não transferência de tais ativos para os demais estados.

- (b) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.
- (c) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

Movimentação da depreciação acumulada

Controladora						
Movimento do exercício						
	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências (b)	31/12/16	
Imóveis	(564)	(30)	-	-	(594)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(301.708)	(45.018)	5.544	1.253	(339.929)	
Benfeitorias em imóveis próprios	-	(306)	-	(1.082)	(1.388)	
Aparelhos e equipamentos	(268.360)	(99.875)	31.263	11.965	(325.007)	
Móveis e utensílios	(27.993)	(7.814)	1.887	(3.199)	(37.119)	
Instalações	(29.485)	(8.227)	276	(6.434)	(43.870)	
Equipamentos de informática	(74.191)	(18.162)	2.673	(2.405)	(92.085)	
Veículos	(3.054)	(194)	-	-	(3.248)	
Biblioteca	<u>(140)</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(151)</u>	
	<u>(705.495)</u>	<u>(179.637)</u>	<u>41.643</u>	<u>98</u>	<u>(843.391)</u>	
Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/15	Aquisição Controlada (a)	Adições	Baixas	Transferências (b)	31/12/16
Imóveis	(1.932)	-	(166)	-	-	(2.098)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(308.606)	(744)	(43.106)	2.683	1.254	(348.519)
Benfeitorias em imóveis próprios	(2.710)	(6.036)	(4.266)	3.300	(1.082)	(10.794)
Aparelhos e equipamentos	(277.820)	(3.608)	(101.159)	31.992	11.965	(338.630)
Móveis e utensílios	(30.153)	(2.321)	(7.867)	2.311	(3.200)	(41.230)
Instalações	(30.111)	(323)	(8.402)	296	(6.435)	(44.975)
Equipamentos de informática	(77.552)	(1.509)	(17.841)	2.394	(2.405)	(96.913)
Veículos	(3.731)	(1.540)	(1.658)	524	-	(6.405)
Biblioteca	<u>(150)</u>	<u>(5)</u>	<u>(29)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(184)</u>
	<u>(732.765)</u>	<u>(16.086)</u>	<u>(184.494)</u>	<u>43.500</u>	<u>97</u>	<u>(889.748)</u>

- (a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

- (b) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

15 Intangível

Taxa média Amortização		Controladora			
		31/12/16		31/12/15	
% a.a.		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	20	277.336	(195.521)	81.815	79.716
Direito de uso de área comercial	20	5.901	(1.508)	4.393	4.392
Desenvolvimento de projetos	33	93	(53)	40	43
Marcas	3,3	256.876	(47.447)	209.429	196.479
Contrato de exclusividade com clientes	15	24.031	(13.873)	10.158	9.938
Relacionamento com Hospitais	5	91.919	(10.737)	81.182	26.803
Intangível em Andamento	0	<u>39.778</u>	<u>-</u>	<u>39.778</u>	<u>15.994</u>
		<u>695.934</u>	<u>(269.139)</u>	<u>426.795</u>	<u>333.365</u>

Taxa média Amortização	% a.a.	Consolidado			
		31/12/16		31/12/15	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de participação – Ágio		2.403.280	(248.574)	2.154.706	<u>1.984.931</u>
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	20	282.923	(200.429)	82.494	80.114
Direito de uso de área comercial	20	5.901	(1.508)	4.393	4.392
Desenvolvimento de projetos	33	101	(56)	45	48
Marcas	3,3	272.000	(50.460)	221.540	209.095
Contrato de exclusividade com clientes	15	25.381	-14.438	10.943	10.994
Relacionamento com Hospitais	5	96.065	(12.747)	83.318	29.087
Intangível em Andamento	0	<u>39.778</u>	<u>-</u>	<u>39.778</u>	<u>15.994</u>
		<u>722.149</u>	<u>(279.638)</u>	<u>442.511</u>	<u>349.724</u>
		<u>3.125.429</u>	<u>(528.212)</u>	<u>2.597.217</u>	<u>2.334.655</u>

Movimentação do custo

	Controladora				
	Movimento do exercício				31/12/16
	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências (c)	
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	243.423	29.295	(16)	4.634	277.336
Direito de uso de área comercial	5.539	362	-	-	5.901
Desenvolvimento de projetos	93	-	-	-	93
Marcas	236.037	20.839	-	-	256.876
Contrato de exclusividade com clientes	22.031	2.000	-	-	24.031
Relacionamentos com Hospitais	35.748	56.171	-	-	91.919
Intangível em Andamento (a)	<u>15.994</u>	<u>27.905</u>	<u>-</u>	<u>(4.121)</u>	<u>39.778</u>
	<u>558.865</u>	<u>136.572</u>	<u>(16)</u>	<u>513</u>	<u>695.934</u>

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/15	Aquisição Controlada (b)	Adições	Baixas	Transfe-rências (d)	31/12/16
Aquisição de participação – Ágio	<u>2.233.505</u>	<u>169.775</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.403.280</u>
Outros Intangíveis						
Sistemas de informática	247.497	1.503	29.306	(17)	4.634	282.923
Direito de uso de área comercial	5.539	-	362	-	-	5.901
Desenvolvimento de projetos	101	-	-	-	-	101
Marcas	251.161	-	20.839 (c)	-	-	272.000
Contrato de exclusividade com clientes	23.381	-	2.000	-	-	25.381
Relacionamentos com Hospitais	39.894	-	56.171 (c)	-	-	96.065
Intangível em Andamento (a)	<u>15.994</u>	<u>-</u>	<u>27.905</u>	<u>-</u>	<u>(4.121)</u>	<u>39.778</u>
	<u>583.567</u>	<u>1.503</u>	<u>136.583</u>	<u>(17)</u>	<u>513</u>	<u>722.149</u>
	<u>2.817.072</u>	<u>171.278</u>	<u>136.583</u>	<u>(17)</u>	<u>513</u>	<u>3.125.429</u>

(a) Intangível em andamento: Refere-se a gastos com implementação do sistema ERP Corporativo, visando maior eficiência e melhorias em processos corporativos. A implantação foi concluída em janeiro de 2017.

(b) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

(c) Adições provenientes do processo de identificação de ativos em empresas adquiridas. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

(d) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

Movimentação da amortização acumulada

Controladora					
Movimento do exercício					
	31/12/15	Adições	Baixas	Transfe- rências (b)	31/12/16
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	(163.707)	(31.700)	15	(129)	(195.521)
Direito de uso de área comercial	(1.147)	(353)	-	(8)	(1.508)
Desenvolvimento de projetos	(50)	(3)	-	-	(53)
Marcas	(39.558)	(7.889)	-	-	(47.447)
Contrato de exclusividade com clientes	(12.093)	(1.780)	-	-	(13.873)
Relacionamentos com Hospitais	<u>(8.945)</u>	<u>(1.792)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.737)</u>
	<u>(225.500)</u>	<u>(43.517)</u>	<u>15</u>	<u>(137)</u>	<u>(269.139)</u>

	Consolidado					
	Movimento do exercício					
	31/12/15	Aquisição Controlada (a)	Adições	Baixas	Transfe-rências (b)	31/12/16
Aquisição de participação – Ágio	(248.574)	-	-	-	-	(248.574)
Outros Intangíveis						
Sistemas de informática	(167.383)	(1.007)	(31.923)	11	(127)	(200.429)
Direito de uso de área comercial	(1.147)	-	(352)	-	(9)	(1.508)
Desenvolvimento de projetos	(53)	-	(3)	-	-	(56)
Marcas	(42.066)	-	(8.394)	-	-	(50.460)
Contrato de exclusividade com clientes	(12.387)	-	(2.051)	-	-	(14.438)
Relacionamentos com Hospitais	(10.807)	-	(1.940)	-	-	(12.747)
	(233.843)	(1.007)	(44.663)	11	(136)	(279.638)
	(482.417)	(1.007)	(44.663)	11	(136)	(528.212)

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

(b) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Moeda nacional						
<u>Capital de giro:</u>						
Banco Santander	90,13% do CDI	14/03/2016	-	38.315	-	38.315
Banco do Brasil	108,0% do CDI	10/06/2018	25.926	43.223	25.926	43.223
<u>Capital de giro e financiamento:</u>						
CIDRIM – Bancos diversos (a)	18,62% a.a.	12/07/2019	-	-	403	-
LEME – Bancos diversos (a) (iii)	17,04% a.a.	02/02/2020	-	-	9.358	-
<u>Financiamento:</u>						
BNDES - FINAME PSI (i) (ii)	6% a.a., 9,5%a.a. e TJLP + 3,7%	15/12/2024	33.225	22.401	33.225	22.401
FINEP – (iv)	TJLP + 3%	15/09/2026	26.509	-	26.509	-
<u>Leasing:</u>						
Leasing financeiro – Hitachi – Nota 27 (ii)	IGPM	22/06/2021	<u>6.665</u>	<u>899</u>	<u>6.665</u>	<u>899</u>
			92.325	104.838	102.086	104.838
Moeda estrangeira						
<u>Financiamento:</u>						
Financiamentos de Equipamentos (i) (ii)	6,52% a.a.	01/12/2016	-	776	-	776
<u>Leasing:</u>						
Leasing financeiro – Diversos bancos	2,97% a.a.	23/03/2016	<u>-</u>	<u>124</u>	<u>-</u>	<u>124</u>
			<u>-</u>	<u>900</u>	<u>-</u>	<u>900</u>
			<u>92.325</u>	<u>105.738</u>	<u>102.086</u>	<u>105.738</u>
Passivo circulante			<u>(21.330)</u>	<u>(58.028)</u>	<u>(28.213)</u>	<u>(58.028)</u>
Passivo não circulante			<u>70.995</u>	<u>47.710</u>	<u>73.873</u>	<u>47.710</u>

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

Empresas garantidoras:

- (i) Nota Promissória de 100% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (ii) Bem financiado.
- (iii) Imóveis, aval, cessão de direitos creditórios
- (iv) Carta de fiança

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados como segue:

	Na controladora e no consolidado
2018	18.200
2019	9.133
2020	11.142
2021	9.675
2022 a 2026	<u>25.723</u>
	<u>73.873</u>

A Companhia concedeu aval de R\$ 4.972 para a controlada CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda., sendo R\$ 1.846 junto ao Itaú Unibanco S.A. e R\$ 1.920 junto a Pottencial Seguradora S.A., e para a controlada CERPE R\$ 1.206 junto ao Itaú Unibanco S.A.

17 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Debêntures não conversíveis	1.250.000	1.145.834
Juros remuneratórios	<u>38.170</u>	<u>39.889</u>
	<u>1.288.170</u>	<u>1.185.723</u>
Custo de transação	(4.103)	(4.008)
Debêntures em tesouraria (a)	<u>(37.851)</u>	<u>(37.897)</u>
	<u>1.246.216</u>	<u>1.143.818</u>
Circulante	<u>(348.260)</u>	<u>(296.170)</u>
Não circulante	<u>897.956</u>	<u>847.648</u>

(a) Em 27 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 3.626 debêntures da 1ª série da 5ª emissão, que serão mantidas em custódia junto ao Banco Credit Agricole S.A. para futura recolocação no mercado.

As Debêntures têm o seguinte prazo para amortização do valor principal das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Emissões:

	Principal	Custo de transação	Total
2018	349.910	(1.510)	348.400
2019	341.757	(554)	341.203
2020	141.757	(70)	141.687
2021	<u>66.666</u>	<u>-</u>	<u>66.666</u>
	<u>900.090</u>	<u>(2.134)</u>	<u>897.956</u>

3ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 3ª emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 25.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 250.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 01 de novembro de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 31 de outubro de 2012, a oferta pública de distribuição. Foram subscritas 25.000 Debêntures, com prazo de 4 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 250.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A Remuneração é paga semestralmente a partir da Data de Emissão, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 25 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

O valor nominal unitário foi amortizado em 4 parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

I. Foram amortizadas 3 parcelas, cada uma no valor correspondente a 25% do valor nominal unitário de cada Debêntures, pagas em 25 de outubro de 2013, 25 de outubro de 2014 e 25 de outubro de 2015; e II. Uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal unitário de cada das Debêntures, paga em 25 de outubro de 2016.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 31 de outubro de 2012 no montante de R\$ 250.304 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados (i) para o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia; e (ii) o saldo para reforço do capital de giro da Companhia.

4ª Emissão

Em 13 de setembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 4ª emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 45.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 450.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 18 de outubro de 2013 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 17 de outubro de 2013, a oferta pública de distribuição. Foram subscritas 45.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 450.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A remuneração é paga semestralmente a partir da data de emissão, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, a primeira parcela com vencimento para 15 de outubro de 2017 e a segunda parcela para 15 de outubro de 2018.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 16 de outubro de 2013 no montante de R\$ 450.000 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Em 09 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 5ª emissão, pela Companhia, em até duas séries, de, no mínimo, 40.000 debêntures e, no máximo, 50.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total de, no mínimo R\$400.000 e, no máximo, R\$500.000, na data de emissão, qual seja, 10 de março de 2015, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 26 de março de 2015 foi encerrada a oferta pública de distribuição. Foram subscritas 40.000 Debêntures.

A primeira série com prazo de 3 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 249.820, não estará sujeita a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,05% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, a primeira parcela com vencimento para 10 de março de 2017 e a segunda parcela para 10 de março de 2018.

A segunda série com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 150.180, não estará sujeita a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, a primeira parcela com vencimento para 10 de março de 2019 e a segunda parcela para 10 de março de 2020.

A remuneração é paga semestralmente a partir da data de emissão, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 10 de setembro de 2015 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A liquidação financeira da oferta ocorreu entre 20 e 23 de março de 2015 no montante de R\$ 400.000 e os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para refinanciamento de dívidas de curto prazo da Companhia, incluindo a amortização de principal e o pagamento dos juros das debêntures da segunda e terceira emissão da Companhia, e o saldo, se houver, será utilizado para reforço de capital de giro.

6ª Emissão

Em 07 de abril de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 6ª emissão, pela Companhia, em série única, de 20.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10, com valor total de R\$200.000 na data de emissão, qual seja, 20 de abril de 2016, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 29 de abril de 2016 foi encerrada a oferta pública de distribuição onde foram subscritas 20.000 Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram integralmente utilizados para refinanciamento de dívidas de curto prazo da Companhia, incluindo a quitação integral das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da segunda emissão da Companhia, e o saldo, se houver, para reforço no capital de giro.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem os quais são apurados pelos índices (i) Dívida Líquida / EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,0, e (ii) EBITDA / Resultado Financeiro devendo ser maior ou igual a 2,0.

A amortização do principal ocorrerá em uma parcela, com vencimento para 20 de abril de 2019.

7ª Emissão

Em 25 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª emissão, pela Companhia, em série única, de 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10, com valor total de R\$200.000 na data de emissão, qual seja, 19 de dezembro de 2016, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 22 de dezembro de 2016 foi encerrada a oferta pública de distribuição onde foram subscritas 20.000 Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para reforço no capital de giro da Companhia, para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

Debêntures terão prazo de cinco anos contados da data de emissão. O valor nominal de cada Debênture será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, ao final do terceiro, quarto e quinto anos, ou seja, em 19 de dezembro de 2019, 19 de dezembro de 2020 e 19 de dezembro de 2021. A remuneração das Debêntures será correspondente a 112,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), a ser paga semestralmente.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais conforme segue:

Indicador	Condição contratual (a)	Condição em 31/12/16	Condição em 31/12/15
<i>EBITDA</i> – últimos 12 meses (b)		529.164	345.222
Resultado financeiro – últimos 12 meses		104.598	105.866
Risco sacado (c)		-	2.729
Dívida líquida		636.281	718.248
1- Dívida líquida / <i>EBITDA</i> - índice máximo			
3ª Emissão	3,00	1,20	2,09
4ª Emissão	3,00	1,20	2,09
5ª Emissão	3,00	1,20	2,09
6ª Emissão	3,00	1,20	2,09
7ª Emissão	3,00	1,20	2,09
2- <i>EBITDA</i> / Resultado financeiro - índice mínimo			
3ª Emissão	2,00	5,06	3,26
4ª Emissão	2,00	5,06	3,26
5ª Emissão	2,00	5,06	3,26
6ª Emissão	2,00	5,06	3,26
7ª Emissão	2,00	5,06	3,26

- (a) A Companhia será considerada em não conformidade com essa condição caso extrapole esses limites por dois trimestres consecutivos.
- (b) As informações e *EBITDA*, não fazem parte do escopo de trabalho de revisão dos auditores independentes.
- (c) Com o intuito de auxiliar alguns fornecedores da Companhia e viabilizar a negociação de compra de insumos de acordo com os prazos praticados, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA S.A. operações de Risco Sacado na qual seus fornecedores de mercadorias e serviços tinham a opção de antecipar o recebimento dos títulos emitidos contra a Companhia. O limite disponível junto ao banco foi de R\$ 20.000 na controladora e R\$ 30.000 no consolidado, as operações possuíam prazo que podiam variar de 7 a 120 dias e taxa de juros equivalente a CDI+3,1% a.a. Os pagamentos antecipados aos nossos fornecedores pelo Banco Itaú BBA S.A. estavam registrados na rubrica “Outras Contas à Pagar”, a Companhia considerava os valores em questão no cálculo de sua dívida líquida para apuração dos níveis máximos de endividamento (*covenants*) existentes nas debêntures de sua emissão e incluía o mesmo no fluxo de caixa de financiamento. Em agosto de 2016 a Companhia quitou o saldo devedor com o Banco Itaú BBA S.A., e a partir dessa data não contrata mais essa operação.

18 Impostos parcelados

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Termino da amortização	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Parcelamento ISS - CERPE	2029	-	-	3.211	3.058
Refis IV - Lab. Gaspar (a)	2024	-	-	2.430	-
Parcelamento INSS – LEME (a)	2021	-	-	2.186	-
Parcelamento ISS – LEME (a)	2024	-	-	7.127	-
Outros	2018	<u>244</u>	<u>840</u>	<u>506</u>	<u>903</u>
		<u>244</u>	<u>840</u>	<u>15.460</u>	<u>3.961</u>
Passivo circulante		<u>(218)</u>	<u>(505)</u>	<u>(2.601)</u>	<u>(729)</u>
Passivo não circulante		<u>26</u>	<u>335</u>	<u>12.859</u>	<u>3.232</u>

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

19 Contas a pagar por aquisições de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Atualização</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	06/2019	57.727 (c)	2.595	57.727 (c)	2.595
Garantida com aplicações financeiras	(a)	(b)	8.113	<u>8.085</u>	20.511	<u>19.348</u>
			<u>65.840</u>	<u>10.680</u>	<u>78.238</u>	<u>21.943</u>
Circulante			<u>(21.964)</u>	<u>(912)</u>	<u>(21.964)</u>	<u>(912)</u>
Não circulante			<u>43.876</u>	<u>9.768</u>	<u>56.274</u>	<u>21.031</u>

(a) Atualizada à taxa média de 102,41% do CDI (105,17% do CDI em 31 de dezembro de 2015) em fundos de renda fixa, e 100,03% do CDI (100,03% do CDI em 31 de dezembro de 2015) em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras, conforme Nota explicativa nº 9.

(b) Vencimento de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência.

(c) Adição de contas a pagar por aquisição de empresa pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	27.390	39.788
2019 a 2020	<u>16.487</u>	<u>16.487</u>
Total	<u>43.876</u>	<u>56.274</u>

20 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

Controladora			
	31/12/16	31/12/15	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>
			<u>Depósito judicial</u>
ICMS sobre importação (a)	5.581	1.901	5.323
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	16.599	15.013	17.668
Contingências tributárias (c)	<u>37.693</u>	<u>48.387</u>	<u>36.611</u>
	<u>59.873</u>	<u>65.301</u>	<u>59.602</u>
			<u>67.440</u>

Consolidado			
	31/12/16	31/12/15	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>
			<u>Depósito judicial</u>
ICMS sobre importação (a)	5.581	1.901	5.323
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	20.486	16.498	17.758
Contingências tributárias (c)	<u>49.067</u>	<u>49.041</u>	<u>37.460</u>
	<u>75.134</u>	<u>67.440</u>	<u>60.541</u>
			<u>69.217</u>

(a) ICMS sobre importação

A Companhia, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, não vinha recolhendo desde fevereiro de 2000 o ICMS na importação de insumos e equipamentos para utilização na prestação de seus serviços, uma vez que se discute se a Companhia é contribuinte do ICMS nessas transações. Para os montantes de ICMS a recolher sobre importações de insumos e equipamentos realizadas até a promulgação da Emenda Constitucional 33 de 11 de dezembro de 2001, os assessores jurídicos externos entendem que as chances de perda são remotas, já para os montantes de ICMS a recolher gerados entre a Emenda Constitucional 33 e a edição da Lei Complementar 114, de 16 de dezembro de 2002, foi atribuído o grau de risco de perda como possível, assim como para as importações de equipamentos realizadas na modalidade de arrendamento mercantil. Por fim, após a edição da Lei Complementar nº 114 de 16 de dezembro de 2002, os advogados externos entendem que as chances de perda são prováveis, para os quais a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2016 uma provisão no montante de R\$ 5.581 (R\$ 5.323 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e no consolidado, com depósitos judiciais no montante de R\$ 1.901 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2015), ambos atualizados pela SELIC.

(b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em 1.629 ações trabalhistas (1.555 em 31 de dezembro de 2015) e em 1.502 ações cíveis administrativas e judiciais (1.277 em 31 de dezembro de 2015). As provisões de R\$ 16.599 (R\$ 17.668 em 31 de dezembro de 2015) na

controladora e R\$ 20.486 (R\$ 17.758 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2016 o montante consolidado de R\$ 101.154 (R\$ 73.193 em 31 de dezembro de 2015) referentes a processos classificados pelos seus assessores legais como de perda possível, dos quais R\$ 38.182 (R\$ 23.517 em 31 de dezembro de 2015) se referem a questões cíveis e R\$ 62.972 (R\$ 49.677 em 31 de dezembro de 2015) a questões trabalhistas. A Companhia não provisiona os valores do risco estimado nos processos que são de responsabilidade dos vendedores das sociedades adquiridas que correspondem a (i) R\$ 19.035 relativo a ações trabalhistas, e, (ii) R\$ 2.693 relativo às ações cíveis administrativas e judiciais, que estão garantidos por aplicações financeiras, conforme informado na Nota explicativa nº 9 (a).

A Companhia também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, num processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500, aplicáveis à operadora de plano de saúde e não à Companhia. Em 20 de agosto de 2015 foi proferida sentença julgando a demanda improcedente. Aguarda-se a interposição de eventual recurso.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a Companhia divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à Companhia. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a Companhia a registrar os médicos intervenientes anuentes – o que representa aproximadamente 22 profissionais - além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. O acórdão proferido pelo TRT - 1ª Região definiu médicos intervenientes da seguinte maneira: “(são aqueles) que exercem coordenação sobre os médicos executores integrantes de uma mesma especialidade”. A Companhia, e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da Companhia foram acolhidos, contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Em 27.01.16 foi protocolado agravo de instrumento pelo MPT. Em 03/05/2016 protocolamos (i) contraminuta de agravo de instrumento, (ii) contrarrazões de recurso de revista e (iii) recurso de revista adesivo. A avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração é que a perda é provável para o dano moral coletivo no importe atualizado de R\$ 781 e para o de registro de funcionário de aproximadamente 22 profissionais e remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

Em agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos trabalhistas pela TRD (Taxa Referencial Diária), a qual foi substituída pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Especial). O efeito da atualização monetária nos processos trabalhistas advindo dessa decisão, na Companhia e em suas

controladas, resultaria em uma provisão adicional em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 2.619 (R\$ 2.937 em 31 de dezembro de 2015), apurada com base no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto. Dadas as controvérsias que cercam o tema, a materialização desse impacto com base em opinião legal emitida pelos assessores jurídicos externos da Companhia é classificada como possível, portanto não foi provisionada. A Companhia acompanhará o desenvolvimento dos questionamentos referentes à constitucionalidade desta decisão.

(c) Provisões para contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 37.693 (R\$ 36.611 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$ 49.067 (R\$ 37.460 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. Tais questionamentos abrangem, basicamente, as contribuições ao PIS, COFINS, INSS e FGTS. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2016 o montante consolidado de R\$ 182.259 (R\$ 187.892 em 31 de dezembro de 2015) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 8.012 referentes a processos de ICMS sobre importações de equipamentos na modalidade leasing e importações diretas de insumos e equipamentos realizados entre a EC 33 (editada em dezembro de 2001) e a Lei Complementar 114 (editada em dezembro de 2002), R\$ 77.374 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, e, R\$ 96.873 referem-se a outros processos tributários de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Companhia não provisiona também os valores do risco estimado nos processos que são de responsabilidade dos vendedores das sociedades adquiridas que correspondem a R\$ 7.301 relacionados, basicamente, a ICMS, INSS, IRPJ e CSLL, que estão garantidos por aplicações financeiras, conforme informado na Nota explicativa nº 9 (a).

Em 07 de março de 2016, a administração tomou conhecimento ao consultar seu relatório de situação fiscal junto à Receita Federal do Brasil, de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. A administração impetrou Mandado de Segurança em 17 de março de 2016 buscando medida processual de defesa a qual entende adequada aos interesses da Companhia, sendo indeferido no dia 31 de março de 2016. Em face desta decisão a administração interpôs um agravo de instrumento em 18 de maio de 2016 para o qual aguarda manifestação. Em 29 de julho de 2016 foi publicada uma decisão favorável à Companhia na ação declaratória que visa antecipar a garantia aos débitos de PIS e COFINS de referidos autos de infração para que não sejam um empecilho para a emissão da Certidão Negativa de Débito e para que a Companhia não seja inscrita no CADIN por conta deles. Considerando a fase processual, ainda não foi possível a realização de avaliação pelos assessores jurídicos externos da Companhia quanto às chances de perda do mérito de referido processo, em razão disto, nenhuma provisão foi constituída nas suas demonstrações financeiras.

Movimentação das provisões para contingências

Controladora					
	31/12/15	Movimento do exercício			31/12/16
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	5.323	-	-	258	5.581
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	17.668	13.060	(14.820)	691	16.599
Provisão para contingências tributárias	<u>36.611</u>	<u>6.028</u>	<u>(6.473)</u>	<u>1.527</u>	<u>37.693</u>
	<u>59.602</u>	<u>19.088</u>	<u>(21.293)</u>	<u>2.476</u>	<u>59.873</u>

Consolidado						
	31/12/15	Movimento do exercício				31/12/16
	Saldo final	Aquisição de controlada (a)	Adição a provisão	Utilização	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	5.323	-	-	-	258	5.581
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	17.758	2.896	14.553	(15.409)	688	20.486
Provisão para contingências tributárias	<u>37.460</u>	<u>8.910</u>	<u>6.971</u>	<u>(6.750)</u>	<u>2.476</u>	<u>49.067</u>
	<u>60.541</u>	<u>11.806</u>	<u>21.524</u>	<u>(22.159)</u>	<u>3.422</u>	<u>75.134</u>

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.

21 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 2.234.135, representado por 310.923.481 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016 e por 311.803.015 em 31 de dezembro de 2015, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, é de 560.000.000 de ações ordinárias.

a. Composição acionária

Controladores, administradores e ações em circulação no mercado

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2016			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	304.832.083	98,04%	304.832.083	98,04%
Conselho de Administração	5.545.091	1,78%	5.545.091	1,78%
Ações em tesouraria	34.198	0,01%	34.198	0,01%
Ações em circulação no mercado	512.109	0,16%	512.109	0,16%
Total de Ações	310.923.481	100,00%	310.923.481	100,00%

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2015			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	224.308.396	71,94%	224.308.396	71,94%
Conselho de Administração	7.494.234	2,40%	7.494.234	2,40%
Diretoria	131.989	0,04%	131.989	0,04%
Ações em tesouraria	913.732	0,29%	913.732	0,29%
Ações em circulação no mercado	78.954.664	25,32%	78.954.664	25,32%
Total de Ações	311.803.015	100,00%	311.803.015	100,00%

b. Pagamento baseado em ações

- i) No mês de junho de 2012 a Diretoria celebrou contratos de outorga de opções de ações aos beneficiários do plano, com prazo de *Vesting* até junho de 2015.

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Valor da ação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.698	17	10,15
Cancelamento	<u>(1.698)</u>	<u>(17)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>==</u>	<u>==</u>	

- ii) Novo plano de opção de compra de ações

Em assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2016 foi aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes o Plano de Opção de Compra de Ações, onde se estabelece as regras do referido plano. O Plano tem por objetivo estabelecer regras para que determinados empregados e administradores da Companhia e de sociedades sob seu controle ("Beneficiários") recebam opções cujo exercício lhes dê o direito de, futuramente, subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, visando a criar um alinhamento de interesses entre Beneficiários, a Companhia e seus acionistas, mitigar conflitos de agência, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia. Cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação"), estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano ("Opção"), sendo vedado o exercício parcial de cada Opção. As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda, durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, 19.902.320 (dezenove milhões, novecentos e dois mil, trezentos e vinte) ações de emissão da Companhia, representativas, na data de criação do Plano, de 6% (seis por cento) de seu capital social, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Caberá à Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração no momento do exercício da Opção, observados os limites impostos pela regulamentação aplicável, pelo Plano e pelo Primeiro Programa, definir se as Ações objeto da Opção serão adquiridas mediante a emissão e subscrição de novas Ações ou mediante a compra de Ações mantidas em tesouraria.

As Opções outorgadas terão prazo de carência de 4 (quatro) anos, contado da data da assinatura deste Contrato, e só poderão ser exercidas a partir do término do prazo de carência e dentro do período de exercício.

O Outorgado poderá definir quantas Opções deseja exercer, mas cada Opção será necessariamente exercível em sua totalidade, vedado o exercício parcial.

O preço de aquisição das Ações, será de R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por Ação, correspondente ao preço oferecido no âmbito da oferta pública de aquisição de ações da Outorgante lançada em 29 de dezembro de 2015 por Cromossomo Participações S.A., liquidada em 1º de fevereiro de 2016, e será corrigido a partir da data da aprovação do Primeiro Programa pela Assembleia Geral da Outorgante, de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até a data do exercício da Opção.

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Valor justo da ação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	
Concedidas	<u>682.041</u>	<u>3.076</u>	4,51(a)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>682.041</u>	<u>3.076</u>	(b)

(a) Valor justo das opções

(b) A despesa referente ao valor justo das opções reconhecida no exercício de R\$ 3.076 foi registrada na rubrica Despesas gerais e administrativas, nota nº 24.

O valor justo na data de outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação *Black&Scholes*, foram os seguintes:

Valor justo na data da outorga	R\$	4,51
Preço da ação	R\$	10,98
Preço de exercício	R\$	13,21
Volatilidade do preço de ação		39,43%
Carência (49 meses)		4,08 Anos
Taxa de retorno livre de risco		11,48%

c. Ações em tesouraria

Descrição da operação	Quantidade de ações	Valor	Preço médio por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>913.732</u>	<u>14.677</u>	<u>16,06</u>
Cancelamento (a)	<u>(879.534)</u>	<u>(14.128)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>34.198</u>	<u>549</u>	<u>16,06</u>

(a) Cancelamento sem redução do capital social aprovado em reunião do conselho de administração realizada em 03 de outubro de 2016.

d. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	94.738	23.813
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	311803	311.803
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(914)</u>	<u>(1.001)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.889	310.802
Lucro básico por ação - R\$	0,30473	0,07662

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição, que são as opções do plano de opção de compra de ações.

	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	94.738	23.813
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.889	310.802
Ajuste por opções de compra de ações	<u>19.902</u>	<u>-</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	330.791	310.802
Lucro diluído por ação - R\$	0,28640	0,07662

Com a liquidação de grande parte do segundo programa do plano de ações, divulgado item (a) desta Nota, praticamente não há mais nenhum instrumento financeiro diluidor das ações.

e. Capital social

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu a correspondência de sua acionista CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A. informando o resultado do leilão ocorrido no dia 01 de fevereiro de 2016 referente à Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações lançada por Cromossomo.

Com a liquidação financeira do leilão em 04 de fevereiro de 2016, de acordo com informações constantes da referida correspondência, foram adquiridas 79.723.350 ações, representativas de 92% do total de ações objeto da oferta, com o que a Cromossomo Participações II S/A em conjunto com o Sr. Edson de Godoy Bueno e a Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno passaram a deter um total de 304.031.746 ações, representativas de 97,79% do capital da DASA, descontadas as ações em tesouraria.

Resultado Leilão – OPA Cromossomo Participações II S.A.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia comunicou que recebeu a correspondência de sua acionista CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A. informando o resultado do leilão ocorrido no dia 01 de fevereiro de 2016 referente à Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações lançada por Cromossomo e detalhada no edital publicado em 29 de dezembro de 2015.

Com a liquidação financeira do leilão em 04 de fevereiro de 2016, de acordo com informações constantes da referida correspondência, foram adquiridas 79.723.350 ações, representativas de 92% do total de ações objeto da oferta, com o que a Ofertante em conjunto com o Sr. Edson de Godoy Bueno e a Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno passaram a deter um total de 304.031.746 ações, representativas de 97,79% do capital da DASA, descontadas as ações em tesouraria.

As ações deixaram de ser negociadas no Novo Mercado no dia imediatamente após o Leilão, passando a serem negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA

f. Dividendos

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo, 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

O Conselho de Administração deliberou no dia 26 de dezembro de 2016 sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante bruto de R\$ 25.000 (R\$ 0,08041448 por ação), ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram creditados.

Lucro líquido do exercício	94.738
Constituição da reserva legal	(4.737)
Base para distribuição de dividendos	90.001
Proposta de Dividendos	
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	22.500
Juros sobre o capital próprio (líquido de imposto de renda)	21.251
Forma de Pagamento	
Juros sobre o capital próprio	25.000
(-) Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	(3.749)
	21.251
Complemento dividendo mínimo	1.250
Dividendos adicionais propostos	194
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio bruto à distribuir	26.444
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2016 (ex-tesouraria)	310.889.283
Total de dividendos e juro sobre o capital próprio bruto por ação (ex-tesouraria)	0,085059945

A Administração está propondo o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 194 a serem aprovados na próxima Assembleia Geral a ser realizada em 17 de abril de 2017.

Orçamento de capital e destinação da reserva de retenção de lucros

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2016, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em 25 de abril de 2016, onde os recursos foram investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá

à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como de orçamento de capital do ano de 2017, observadas a legislação societária vigente e disposições constantes de seu estatuto social, conforme se segue:

	(Não auditado)
Aplicações:	
Expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento	338.905
Modernização tecnológica	66.920
Outros	358
	406.183
Fontes:	
Reserva de retenção de lucro do exercício de 2016	63.557
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2017 (não auditado)	342.626
	406.183

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados pelo regime do lucro real, exceto para as controladas Multi-Imagem Petrópolis, Antonio P. Gaspar S/S, Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cridim, Laboratório Oswaldo Cruz Ltda, nas quais é adotado o regime do lucro presumido.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	142.666	48.524	195.389	53.311
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(48.506)	(16.498)	(66.432)	(18.126)
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.905)	3.904	-	-
Juros sobre capital próprio	8.500	(74)	8.500	-
Despesas indedutíveis	(1.670)	(1.589)	(1.740)	(1.606)
Outros ajustes				
Resultado de empresa controlada no exterior	-	-	-	1.554
Lucro presumido	-	-	6.299	300
Ajuste - Equivalência patrimonial de operação descontinuada	-	-	-	554
Complemento de imposto diferido sobre ágio	-	(10.500)	-	(10.500)
Baixa IR Diferido (a)	-	-	(47.578)	-
Outros	654	47	768	(1.283)
	<u>(47.927)</u>	<u>(24.711)</u>	<u>(100.183)</u>	<u>(29.107)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.948)	-	(14.836)	(2.533)
Impostos diferidos	<u>(37.979)</u>	<u>(24.711)</u>	<u>(85.347)</u>	<u>(26.574)</u>
Total	<u>(47.927)</u>	<u>(24.711)</u>	<u>(100.183)</u>	<u>(29.107)</u>
Alíquota efetiva	<u>-34%</u>	<u>-51%</u>	<u>-51%</u>	<u>-55%</u>

(a) Baixa do imposto diferido ativo da controlada CientificaLab

Considerando que se manteve a situação já apresentada no 1º trimestre de 2016, onde a administração constatou um aumento importante nas perdas com recebíveis em razão da inadimplência de determinados clientes do mercado público, a administração da Companhia, reduziu o número de serviços prestados à essas fontes pagadoras e desta forma revisou novamente suas projeções de resultados para a controlada CientificaLab o que resultou em redução no crescimento previsto para suas receitas junto a estas fontes pagadoras inadimplentes para os próximos anos. Com base nesta revisão foi possível constatar que são remotas as possibilidades de geração de lucros tributáveis que permitam a utilização dos ativos fiscais diferidos registrados na controlada, no prazo de 10 anos, desta forma, a Companhia realizou no período findo em 30 de junho de 2016 a baixa dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 49.192.

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2016 e 2015 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanco Patrimonial Controladora		Resultado Controladora
	31/12/16	31/12/15	31/12/16
Prejuízo fiscal e base negativa	213.076	217.450	(4.374)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	33.960	23.619	10.341
Provisão serviços médicos especializados	12.137	11.905	232
Provisões diversas	22.398	15.531	6.867
Provisões para obsolescência	13.585	1.204	12.381
Provisão para contingências	17.303	16.160	1.143
Reversão da vida útil do imobilizado	-	297	(297)
Outros	1.685	1.803	(118)
Intangível identificado nas aquisições de participações	39.672	-	39.672
Amortização de ágio	(429.046)	(360.466)	(68.580)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(73.401)	(77.013)	3.612
Reversão da vida útil do imobilizado	(167)	-	(167)
Outros	(6.415)	(7.396)	981
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(155.214)	(156.906)	1.692
Variação patrimonial que não afeta resultado			(39.671)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado			(37.979)
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Ativo fiscal diferido	-	-	
Passivo fiscal diferido	(155.214)	(156.906)	
<u>Passivo fiscal Diferido, líquido</u>	<u>(155.214)</u>	<u>(156.906)</u>	
<u>Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido</u>			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2015	(156.906)		
Variação patrimonial que não afeta resultado	39.671		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(37.979)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(155.214)		

	Balanco Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/16	31/12/15	31/12/16
Prejuízo fiscal e base negativa	215.607	258.590	(42.983)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	36.943	31.755	5.188
Amortização de ágio	724	3.291	(2.567)
Provisão serviços médicos especializados	12.137	12.012	125
Provisões diversas	23.157	16.486	6.671
Provisões para obsolescência	13.585	1.288	12.297
Provisão para contingências	17.527	16.413	1.114
Reversão da vida útil do imobilizado	-	168	(168)
Outros	1.685	1.803	(119)
Intangível identificado nas aquisições de participações	39.672	-	39.672
Amortização de ágio	(429.677)	(361.097)	(68.580)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(78.246)	(82.080)	3.834
Reversão da vida útil do imobilizado	(370)	-	(370)
Outros	(6.414)	(7.428)	1.015
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(153.670)	(108.799)	(44.871)
Variação patrimonial que não afeta resultado			(39.671)
Aquisição de Participação Societária - Laboratório Leme			(806)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado			(85.348)
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Ativo fiscal diferido	8.289	52.693	
Passivo fiscal diferido	(161.958)	(161.492)	
<u>Passivo fiscal Diferido, líquido</u>	<u>(153.670)</u>	<u>(108.799)</u>	
<u>Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido</u>			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2015	(108.799)		
Variação patrimonial que não afeta resultado	39.671		
Aquisição de Participação Societária - Laboratório Leme	806		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(85.348)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(153.670)</u>		

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o exercício de 2016.

Com relação aos tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa consolidadas, a Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 5 (cinco) anos, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal acrescido / (utilizado) anualmente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
<hr/>								
Prejuízos fiscais e base negativa:								
IR	(13.827)	(28.690)	(38.641)	(58.979)	(18.397)	-	-	(158.534)
CS	<u>(4.978)</u>	<u>(10.329)</u>	<u>(13.911)</u>	<u>(21.232)</u>	<u>(6.623)</u>	-	-	<u>(57.073)</u>
	(18.805)	(39.019)	(52.552)	(80.211)	(25.020)	-	-	(215.607)
Diferenças temporárias:								
IR	(48.775)	(18.649)	(5.067)	(5.067)	(5.067)	(972)	(23.337)	(106.934)
CS	<u>(17.559)</u>	<u>(6.714)</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(350)</u>	<u>(8.401)</u>	<u>(38.496)</u>
	<u>(66.334)</u>	<u>(25.363)</u>	<u>(6.891)</u>	<u>(6.891)</u>	<u>(6.891)</u>	<u>(1.322)</u>	<u>(31.738)</u>	<u>(145.430)</u>
Total	<u>(85.139)</u>	<u>(64.382)</u>	<u>(59.443)</u>	<u>(87.102)</u>	<u>(31.911)</u>	<u>(1.322)</u>	<u>(31.738)</u>	<u>(361.037)</u>

23 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Custo com pessoal	501.574	504.590	574.454	570.329
Custo com material	468.258	482.347	520.352	531.866
Custo com serviços e utilidades	757.569	729.546	790.014	759.135
Custo com depreciações e amortizações	166.705	126.405	170.678	130.148
Gastos gerais	<u>18.989</u>	<u>30.047</u>	<u>20.703</u>	<u>34.518</u>
	<u>1.913.095</u>	<u>1.872.935</u>	<u>2.076.201</u>	<u>2.025.996</u>

24 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Despesas com pessoal	222.893	237.431	248.707	258.818
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	49.555	39.292	53.079	42.785
Plano de opção de compra de ações (a)	3.059	176	3.059	176
Serviços e utilidades	108.796	103.312	124.121	116.422
Propaganda e publicidade	23.498	14.747	24.766	15.636
Fretes	52.205	50.193	58.705	54.869
Depreciações e amortizações	56.445	53.852	58.499	55.897
Impostos e taxas	12.520	8.106	15.061	9.604
Provisões diversas (b)	48.595	25.501	50.859	26.113
Despesas gerais	<u>15.047</u>	<u>22.100</u>	<u>17.063</u>	<u>24.451</u>
	<u>592.613</u>	<u>554.710</u>	<u>653.919</u>	<u>604.771</u>

- (a) Os detalhes sobre o Plano de outorga de Ações estão apresentados na Nota explicativa nº 21 (b).
- (b) Provisões constituídas no exercício de 2016: R\$ 19.553 referente provisão para perda de parcelas a vencer da venda da controlada LAFE Serviços Diagnósticos Ltda. à NEWSCAN Serviços Médicos Ltda., sendo este ajuste do preço de venda pós-fechamento previsto no contrato de compra e venda de quotas firmado em 27 de dezembro de 2014; e R\$ 4.837 referente provisão para perda de ativos, vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 14.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração, comitês institucionais, como o comitê de auditoria, o qual é responsável, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão de riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, avaliações de qualidade e testes conduzidos pela auditoria interna para avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

- Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, através de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

A Companhia adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos estabelecidos em sua Política Interna para Gestão de Risco de Recursos Financeiros (“Política”), com o intuito de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas consistem no acompanhamento periódico das condições contratadas pela Companhia em comparação às condições vigentes no mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, através da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e através da comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2016:

Consolidado	Vencimento				
	2016	2017	2018 a 2019	2020 em diante	Total
Fornecedores	241.196	14.469	18.476	-	274.141
Empréstimos bancários e financiamentos	28.213	18.200	20.275	35.398	102.086
Debêntures	348.260	348.400	482.890	66.666	1.246.216
Impostos parcelados	2.601	2.190	4.191	6.478	15.460
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>21.964</u>	<u>39.788</u>	<u>16.486</u>	<u>-</u>	<u>78.238</u>
	<u>642.234</u>	<u>423.047</u>	<u>542.318</u>	<u>108.542</u>	<u>1.716.141</u>

- Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará através do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos na controladora que representam 14,76% (12,21% em 31 de dezembro de 2015) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado de 16,24% (14,17% em 31 de dezembro de 2015) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 945.965 (R\$ 981.772 em 31 de dezembro de 2015) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao CAE e administração da Companhia.

Gestão de capital

A Companhia monitora o nível de alavancagem financeira, a fim de manter uma estrutura de capital adequada à operação e reduzir o custo do endividamento. O índice de alavancagem utilizado corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido total.

A alavancagem financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	102.086	105.738
Debêntures (a)	<u>1.246.216</u>	<u>1.143.818</u>
Total da dívida bruta	<u>1.348.302</u>	<u>1.249.556</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (excluindo títulos dado em garantia conforme Nota explicativa nº 9. (a).	<u>(712.020)</u>	<u>(531.307)</u>
Dívida líquida	<u>636.282</u>	<u>718.248</u>
Risco sacado – conforme Nota explicativa nº 17	-	2.729
Patrimônio líquido	2.861.044	2.789.950
Índice	0,22240	0,25842

(a) Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

A Companhia está sujeita a níveis máximos de endividamento nos termos da Nota explicativa nº 17.

Instrumentos financeiros por categoria

O quadro abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia por categoria. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

Controladora						
Descrição	31/12/16			31/12/15		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	663.115	-	-	475.985	-	-
Depósitos judiciais	65.301	-	-	67.440	-	-
Contas a receber de clientes	-	464.711	-	-	500.358	-
Ativos	<u>728.416</u>	<u>464.711</u>	<u>-</u>	<u>543.425</u>	<u>500.358</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	249.657	-	-	147.573
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	92.325	-	-	105.738
Debêntures	-	-	1.246.216	-	-	1.143.818
Impostos parcelados	-	-	244	-	-	840
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	65.840	-	-	10.680
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.654.282</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.408.649</u>

Consolidado						
Descrição	31/12/16			31/12/15		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	732.531	-	-	550.655	-	-
Depósitos judiciais	67.440	-	-	69.217	-	-
Contas a receber de clientes	-	551.220	-	-	569.911	-
Ativos	<u>799.971</u>	<u>551.220</u>	<u>-</u>	<u>619.872</u>	<u>569.911</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	274.141	-	-	161.328
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	102.086	-	-	105.738
Debêntures	-	-	1.246.216	-	-	1.143.818
Impostos parcelados	-	-	15.460	-	-	3.961
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	78.238	-	-	21.943
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.716.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.436.788</u>

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 722.016 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 538.017 em 31 de dezembro de 2015).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Valores estimados de mercado

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelos sites da BM&FBovespa e ANBIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com base em expectativas divulgadas pelo relatório FOCUS/Bacen de 30/12/2016, foi obtida a projeção para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,56% para o CDI e 5,08% para IGP-M.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016.

Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 20.511 em 31 de dezembro de 2016, não foram consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/16	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	661.771	CDI	76.501	57.376	38.250
			11,56%	8,67%	5,78%
Aplicação Financeira	60.245	IGP-M	3.060	2.295	1.530
			5,08%	3,81%	2,54%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/16	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	1.288.169	CDI	148.912	186.140	223.369
			11,56%	14,45%	17,34%
Financiamento de capital de giro	25.926	CDI	2.997	3.746	4.496
			11,56%	14,45%	17,34%

(a) Taxa sujeita à variação

Valor justo

	Controladora			
	31/12/16		31/12/15	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>ATIVO</u>				
Aplicações Financeiras	659.128	659.128	466.110	466.110
Depósitos judiciais	65.301	65.301	67.440	67.440
Clientes	464.711	464.711	500.358	500.358
<u>PASSIVO</u>				
Fornecedores	249.657	249.657	147.573	147.573
Debêntures	1.246.216	1.244.714	1.143.818	1.121.494
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	92.325	92.292	105.738	104.272

	Consolidado			
	31/12/16		31/12/15	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>ATIVO</u>				
Aplicações Financeiras	722.016	722.016	538.017	538.017
Depósitos judiciais	67.440	67.440	69.217	69.217
Clientes	551.220	551.220	569.911	569.911
<u>PASSIVO</u>				
Fornecedores	274.141	274.141	161.328	161.328
Debêntures	1.246.216	1.244.714	1.143.818	1.121.494
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	102.086	102.053	105.738	104.272

26 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ativo circulante – Clientes		
CientificaLab	1.301	1.920
CERPE	393	244
Previlab	126	122
Gaspar	285	-
Gilson Cidrim	<u>17</u>	<u>-</u>
	<u>2.122</u>	<u>2.286</u>
Passivo circulante - Outras contas a pagar		
DASA RE (i)	<u>74</u>	<u>87</u>
	<u>74</u>	<u>87</u>
 <u>Resultado do exercício</u>	 <u>31/12/16</u>	 <u>31/12/15</u>
Receita de serviços		
CientificaLab	9.510	9.011
CERPE	2.396	1.361
Previlab	1.596	1.120
Gaspar	655	-
Gilson Cidrim	<u>53</u>	<u>-</u>
	<u>14.210</u>	<u>11.492</u>
Custos dos serviços prestados		
DASA RE (i)	897	998
CRMI Petrópolis (ii)	599	494
Previlab (ii)	<u>110</u>	<u>-</u>
	<u>1.606</u>	<u>1.492</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Remuneração da administração

A remuneração total da administração foi de R\$ 22.789 no exercício de 2016 (R\$ 18.139 no exercício de 2015), incluindo a remuneração fixa e gratificações, sendo R\$3.874 no exercício de 2016 (R\$ 4.548 no exercício de 2015) paga aos membros do Conselho de Administração (contou com 3 membros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 5 membros no exercício de 2015), e de R\$18.915 no exercício de 2016 (R\$ 13.591 no exercício de 2015) paga aos diretores estatutários (contou com 10 diretores estatutários no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 9 diretores no mesmo período de 2015).

As movimentações ocorridas nas remunerações baseadas em ações estão divulgadas na Nota explicativa nº 21 (b). Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

b) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade.

As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais são:

- **Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.:** Empresa controlada por Marcelo Noll Barboza, ex-membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Os pagamentos decorriam de obrigações estabelecidas em compromisso celebrado com a Companhia em razão do término do mandato, em 27 de abril de 2012, para os cargos de Diretor Presidente (posse em 1º de outubro de 2008), Financeiro e Relações com Investidores (ambos desde 13 de fevereiro de 2012).

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Medparts Participações e Negócios Ltda.:** Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. – CERPE, que presta serviço à Companhia e sua controlada CERPE, em consultoria regional especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.

- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor de radiologia e métodos gráficos da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para a Companhia. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.

- **DMG Laboratório Médico Ltda.:** Empresa franqueada da marca Sérgio Franco que tem como sócia-gerente Neusa de Godoy Bueno Joaquim, sogra do ex-diretor financeiro regional da marca incorporada em 01 de julho de 2014. A comissão de franquia é calculada com base na receita do serviço gerada pela DMG, observando a mesma sistemática adotada para as demais empresas franqueadas.

- **Lâmina Laboratório de Patologia Prevenção de Câncer Ltda.:** Empresa que tem como sócia Adília Jane de Alcântara Segura, ex-diretora médica não estatutária da Companhia, para a prestação de serviços de patologia clínica para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de exames efetivamente produzidos pela Lâmina, observado o valor correspondente para cada tipo de exame, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia. Não são realizadas operações com a Companhia desde 2013, tendo ocorrido o distrato do contrato no terceiro trimestre de 2015.

- **ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para a Companhia.

- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** O Sr. Edson de Godoy Bueno, juntamente com Dulce Pugliese de Godoy Bueno, é acionista controlador da Companhia e também Chief Executive Officer do Grupo Amil, para o qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. A Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus funcionários.

- **Amil Impar:** O Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas controladores da Companhia e também controladores de Amil Impar, que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica.

- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda. (antiga Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.):** O Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas controladores da Companhia e também controladores da empresa PTR7, a qual tem imóveis locados com a Companhia e suas controladas.

- **Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.:** Empresa que presta serviços de limpeza e conservação para a Companhia, controlada pelo Sr. Rodolpho Ricci, sobrinho do controlador da Companhia, Sr. Edson de Godoy Bueno e primo do CEO, Sr. Pedro de Godoy Bueno.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2016			Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2015		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda	(15)	-	-	(15)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(29)	-	-	(30)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(6)	-	-	(6)	-
- A e C Consultores Ltda.	(30)	-	-	(37)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	80.119	-	(1.656)	85.084	-	-
- AMIL Impar (a)	8.714	-	-	9.877	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.255)	-	-	(540)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(1.467)	-	-	(1.317)	-	-

(a) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros.

	Receitas / (Despesas) 31/12/2016				Receitas / (Despesas) 31/12/2015			
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Venda de Ativos	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Venda de Ativos
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	(100)	-	-	-
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda	(192)	-	-	-	(185)	-	-	-
- Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(306)	-	-	-	(275)	-	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(368)	-	-	-	(350)	-	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(99)	-	-	-	(92)	-	-
- A e C Consultores Ltda.	(391)	-	-	-	(440)	-	-	-
- Pesmed – Pesquisas e Serv. Médicos Ltda.	(459)	-	-	-	(296)	-	-	-
- RMR Ressonância Magnética Ltda.	(2.267)	-	-	-	(2.404)	-	-	-
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(273)	-	-	-	(228)	-	-	-
- DMG Laboratório Médico Ltda.	-	-	-	-	(283)	-	-	-
- ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.	(2.624)	-	-	-	(2.704)	-	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	606.702	-	(46.692)	-	554.510	-	(48.239)	-
- AMIL Impar	44.350	-	-	-	39.788	-	-	420
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(14.173)	-	-	-	(6.515)	-	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(21.164)	-	-	-	(16.158)	-	-	-

27 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

Leasing financeiro nacional

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2021 no montante de R\$ 6.665 na controladora e no consolidado, sendo deste montante, R\$ 1.491 classificado no passivo circulante e R\$ 5.174 no passivo não circulante.

O prazo médio dos contratos é de 5 anos e estão vinculados a taxas de juros de CDI + 1,69 % a.a e IGPM.

Os pagamentos futuros mínimos registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide Nota

explicativa nº 16, estão segregados da seguinte forma:

31/12/16						
Controladora			Consolidado			
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	1.491	107	1.598	1.491	107	1.598
De um ano e até cinco anos	<u>5.174</u>	<u>372</u>	<u>5.546</u>	<u>5.174</u>	<u>372</u>	<u>5.546</u>
	<u>6.665</u>	<u>479</u>	<u>7.144</u>	<u>6.665</u>	<u>479</u>	<u>7.144</u>

31/12/15						
Controladora			Consolidado			
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	899	146	1.045	899	146	1.045

Os contratos de arrendamento financeiro nacionais estão incluídos no ativo imobilizado R\$ 1.915 na rubrica de aparelhos e equipamentos e R\$ 6.557 hardware (R\$ 2.256 em 31 de dezembro de 2015, contava somente com aparelhos e equipamentos) no consolidado.

Arrendamento mercantil operacional

Os aluguéis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis no consolidado são os seguintes:

	31/12/16			31/12/15		
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total
Até 12 meses	158.043	1.733	159.776	137.520	1.294	138.814
Entre 13 e 60 meses	348.702	3.823	352.525	312.226	2.939	315.165
Após 60 meses	<u>254.932</u>	<u>1.686</u>	<u>256.619</u>	<u>196.713</u>	<u>-</u>	<u>196.713</u>
	<u>761.677</u>	<u>7.242</u>	<u>768.919</u>	<u>646.459</u>	<u>4.233</u>	<u>650.692</u>

28 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas líquidas e descontos comerciais apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita bruta	3.068.549	2.939.107	3.352.769	3.175.025
Deduções:				
Impostos	(177.440)	(173.742)	(196.517)	(189.465)
Provisão por glosas e inadimplência	(11.223)	(26.314)	(12.639)	(33.467)
Perdas por glosas e inadimplência	(61.162)	(109.451)	(72.910)	(117.602)
Descontos	<u>(29.556)</u>	<u>(39.898)</u>	<u>(29.928)</u>	<u>(40.092)</u>
	<u>2.789.168</u>	<u>2.589.702</u>	<u>3.040.775</u>	<u>2.794.399</u>

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Despesas financeiras				
Juros	(187.492)	(196.880)	(190.469)	(200.960)
Variações cambiais e monetárias passivas	(461)	(1.847)	(462)	1.130
Outros	<u>(18.836)</u>	<u>(13.660)</u>	<u>(19.916)</u>	<u>(13.473)</u>
	(206.789)	(212.387)	(210.847)	(213.303)
Receitas financeiras				
Juros	95.055	88.219	105.807	103.311
Variações cambiais e monetárias ativas	299	1.464	299	1.465
Outros	<u>180</u>	<u>2.674</u>	<u>144</u>	<u>2.661</u>
	<u>95.534</u>	<u>92.357</u>	<u>106.250</u>	<u>107.437</u>
	<u>(111.255)</u>	<u>(120.030)</u>	<u>(104.597)</u>	<u>(105.866)</u>

30 Evento subsequente

Aquisição – Laboratório Salomão e Zoppi

Em 19 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do "Contrato de Compra e Venda, Compromisso de Incorporação de Ações e Outras Avenças" com os acionistas controladores da Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A. A conclusão da Operação está sujeita, dentre outras condições estabelecidas de acordo com práticas de mercado para operações similares, à aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras.

Aumento de capital

Em 20 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a possibilidade de homologação parcial, por meio da emissão, para subscrição privada de, no mínimo, 1.100.105 ações e, no máximo, 1.121.964 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 18,94 por ação, totalizando o valor de, no mínimo, R\$ 20.836 e, no máximo, R\$ 21.250.

No entanto, em consequência do falecimento do acionista Edson de Godoy Bueno, ocorrido durante o período de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações, não houve a subscrição das ações pelos Acionistas Controladores, tendo sido subscrito, no período de exercício, o total de 438 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 18,94 por ação, totalizando R\$ 8. Dessa forma, o montante de subscrição mínima, no valor total de R\$ 20.836, não foi atingido e, portanto, não ocorreu o aumento de capital.

Operação de fiança

A Companhia contratou em 02 de janeiro de 2017 operação de fiança junto as Banco Safra para garantir o pagamento de energia no mercado livre no total de R\$ 1.137.

* * * *

Pedro de Godoy Bueno
Diretor Presidente

Carlos de Barros Jorge Neto
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relação com Investidores

Daniel Vendramini da Silva
TC-CRC 1SP125812/O-1